

Inquérito Civil nº 1.20.004.000004/2019-28

RECOMENDAÇÃO Nº 9 /2024

Ao Excelentíssimo Senhor

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Ministro de Minas e Energia

Ministério de Minas e Energia

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", Térreo Sala 30 - CEP: 70.065900 – Brasília/DF

O **Ministério Público Federal (MPF)**, por intermédio do Procurador da República signatário, no regular exercício de suas atribuições institucionais, com fundamento nos artigos 127, caput, 129, incisos II e III, da Constituição da República, artigos 1º, 2º, 5º, incisos I, V, “a” e VI, 6º, incisos VII, “a” e “d”, e XX, e 8º, inciso II, da Lei Complementar 75/93;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando a delegação de competência do Procurador-Geral da República aos Coordenadores das Câmaras de Coordenação e Revisão para notificações aos Ministros de Estado, nos termos dispostos no § 4º do art. 8º da Lei Complementar nº 75/1993, bem como no artigo 1º, da Portaria PGR/MPF nº 567, de 21 de julho de 2014;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, além dos demais direitos elencados pela Constituição Federal, entre os quais figuram os bens e direitos de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, nos termos do artigo 129, inciso III, da Carta Magna e artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que o patrimônio geológico brasileiro compõe o conceito de meio ambiente natural, disposto no art. 3º, da Política Nacional do Meio Ambiente^[1];

Considerando que *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”* (art. 225 da Constituição da República);

Considerando que o artigo 216 da Constituição da República estabelece *que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico* (inc. V);

Considerando que o § 1º do dispositivo supra determina que:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de **inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Considerando que as dimensões natural, urbanística, cultural e do trabalho, componentes da noção ampla de “*meio ambiente*”, são indissociáveis na prática, pelo que devem ser assim consideradas em quaisquer tomadas de decisões atinentes à administração e à gestão ambiental;

Considerando que o meio ambiente cultural é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos de sociedade brasileira e que o Ministério Público tem legitimidade para promover a apuração e providências na defesa do Patrimônio Cultural;

Considerando que a valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, do seu conhecimento e de sua preservação, como também da consciência e do orgulho que o povo possui de sua identidade e história;

Considerando ser competência comum da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e **os sítios arqueológicos**, bem assim proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, nos termos do que estabelece o art. 23, inciso III, da Constituição da República;

Considerando a necessidade da criação, pelos órgãos responsáveis, de política pública que seja claramente voltada para a promoção e defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, nela incluída a regulamentação, mediante instrumentos específicos voltados para a gestão adequada e eficiente do patrimônio cultural;

Considerando que a ação protetiva em prol do patrimônio cultural não se trata de mera opção ou de faculdade discricionária do Poder Público, mas sim de uma imposição de natureza cogente, pois o patrimônio cultural brasileiro, enquanto direito difuso, é sempre indisponível e deve ser preservado em atenção inclusive às gerações futuras (princípio da solidariedade inter geracional), sob pena de responsabilização;

Considerando que, sobre os valores que identificam os bens culturais, assim se manifesta a Carta de Brasília^[2], em seu item n.º 4:

Dentre os vários valores identificadores de bens culturais merecedores de proteção, ressaltam-se: o arquitetônico, o histórico, o evocativo, o ambiental, de recorrência regional, de raridade funcional e de antiguidade, podendo determinado bem ostentar simultaneamente mais de um desses valores;

Considerando a Carta de Digne – Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra -, especialmente o seu item 8, segundo o qual:

O Homem e a Terra compartilham uma mesma herança, um patrimônio comum. Cada ser humano e cada governo não são senão meros usufrutuários e depositários deste patrimônio. Todos os seres humanos devem compreender que a menor depredação do patrimônio geológico é uma mutilação que conduz a sua destruição, a uma perda irremediável. Todas as formas do desenvolvimento devem respeitar e levar em conta o valor e a singularidade deste patrimônio;

Considerando que a proteção de um bem desta natureza configura, nos termos do item nº 1 da Carta de Goiânia^[3], uma imposição de natureza política de garantia, de soberania, de segurança nacional, e de manutenção da face da Nação e não uma mera alternativa à preservação da memória e da identidade, sendo, por isso, inafastável sua efetivação pelo Poder Público;

Considerando o item 34 da Carta de Goiânia, que dispõe :

É vinculada, e não discricionária, a atividade do Poder Público na proteção, preservação e promoção do Patrimônio Cultural, sob pena de responsabilização;

Considerando que tramita, no âmbito deste Ofício Ambiental, o Inquérito Civil Público nº 1.20.004.000004/2019-28, com o objetivo de investigar as ações dos órgãos públicos (ICMBio, IPHAN e outros) na preservação geológica e ambiental do “*Domo de Araguainha*”^[4], **a maior cratera de impacto meteorítico do Brasil**, e também a maior da América do Sul, com 40 quilômetros de diâmetro, localizada na divisa entre os Estados de Mato Grosso e Goiás, ocupando **a 15ª posição no ranking das maiores crateras do mundo**;

Considerando que em outubro de 2022, o “*Domo de Araguainha*” foi escolhido pela *International Union of Geological Sciences* (IUGS), **órgão ligado à UNESCO** e uma das maiores organizações internacionais dedicadas às Ciências da Terra, para fazer parte de uma lista dos cem principais sítios geológicos em todo o mundo^[5]. Os sítios foram escolhidos pela IUGS segundo critérios que simbolizassem a **relevância científica e cultural das Ciências Geológicas e representassem o patrimônio geológico do planeta**, em razão do seu valor científico, potencial para uso em atividades educacionais/culturais/turísticas, estado de conservação, acessibilidade e medidas de proteção;

Considerando a possibilidade da constituição de um Geoparque na localidade proposta pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM/SGB) - Geoparque Astroblema de Araguainha - Ponte Branca (GO/MT) - como excelente opção para a preservação e a exploração do local (educação, geoturismo e pesquisa científica);

Considerando a inspeção “*in loco*” realizada por este 2º Ofício Ambiental da PRM de Barra do Garças-MT na região do “*Domo de Araguainha*”, com o objetivo de ter uma compreensão mais abrangente sobre a cratera e avaliar os possíveis impactos socioambientais decorrentes da implantação da rodovia estadual MT-100, que pode afetar a região central do “*Domo de Araguainha*”, bem como fomentar na região a importância ambiental e turística do Domo.

	
Placa do Domo de Araguainha demarcando o centro do impacto	Placa do Domo de Araguainha



Placa do Domo evidenciando a situação de abandono do local

Considerando o interesse da comunidade local na preservação do patrimônio e no desenvolvimento do turismo na região;

Considerando que também tramita neste 2º Ofício Ambiental, o IC nº 1.20.005.000066/2022-25, que apura os impactos socioambientais decorrentes da implantação da Rodovia MT-100, que afetaram a região central do “*Domo de Araguainha*”, resultando na **não** preservação dos afloramentos rochosos de importância científica e cultural, ocorridos especialmente ante a ausência de catalogação dos sítios geológicos;

Considerando que, no bojo deste inquérito civil, ficou demonstrada a inação do Estado de Mato Grosso ao construir a Rodovia MT-100 em relação aos cuidados com os sítios arqueológicos decorrentes do impacto do “*Domo de Araguainha*”, uma vez que esses sítios não estão reconhecidos pelo Estado Brasileiro, muito embora haja, conforme já acima argumentado, reconhecimento internacional de sua importância.

Considerando que, com relação aos trâmites formais para implantação de um Geoparque, o primeiro passo para a implementação do Geoparque do Astroblema de Araguainha - Ponte Branca já foi realizado com a execução do Inventário do Patrimônio Geológico, publicado pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) e

[https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/17163/1/astroblema.pdf](https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/17163/1/astroblema.pdf;);

Considerando que, diante do contingenciamento de recursos pelo Governo Federal, restam pendentes ainda a conclusão dos trabalhos pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM/SGB) que apresentarão tecnicamente a relevância do patrimônio geológico e cultural em questão, bem como a definição dos limites que o referido patrimônio abrange, com perspectiva de serem executados no exercício anual 2024/2025, conforme audiência realizada nesta Procuradoria da República de Barra do Garças com a participação do Serviço Geológico do Brasil (ATA 37/2024 GABPRM2-GFFT - PRM-BDG-MT-00005097/2024);

Considerando que o Ministério Público pode expedir recomendação, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, inciso XX, da Lei Orgânica do Ministério Público da União, c/c arts. 23 e 24 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e art. 15 da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público);

Considerando que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas (art. 1º da Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público);

Considerando que a recomendação deve ser manejada anterior e preferencialmente à ação judicial (art. 6º da Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público);

Considerando que, sempre dentro do possível e observadas as peculiaridades do caso concreto, será priorizada a resolução extrajudicial do conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, especialmente quando essa via se mostrar capaz de viabilizar uma solução mais célere, econômica, implementável e capaz de satisfazer adequadamente as legítimas expectativas dos titulares dos direitos envolvidos, contribuindo para diminuir a litigiosidade (art. 1º, § 2º, da Recomendação nº 54/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público).

RESOLVE:

Recomendar ao Senhor *Alexandre Silveira de Oliveira*, Ministro de Minas e Energia, para que, considerando os apontamentos desta recomendação, **adote todas as medidas possíveis, notadamente o aporte dos recursos necessários, visando garantir a execução dos trabalhos do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) na confecção de inventários dos 15 (quinze) geossítios selecionados para comporem a proposta do “Geoparque Astroblema de Araguainha”.**

Isto posto, fica concedido ao destinatário:

1. o prazo de **30 (trinta) dias** para informar o acatamento da presente Recomendação.
2. o prazo de **180 (cento e oitenta) dias** para adotar as medidas para o aporte dos recursos necessários, visando garantir a execução dos trabalhos do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) na confecção de inventários dos 15 (quinze) geossítios selecionados para comporem a proposta do “Geoparque Astroblema de Araguainha”.

O protocolo da resposta deve ser realizado através do protocolo eletrônico do MPF pelo endereço www.petitionamento.mpf.mp.br, para pessoas físicas, ou pelo site protocolo.mpf.mp.br, para órgãos públicos e às demais pessoas jurídicas, oportunidade em que deverão ser mencionados os números de referência do procedimento em trâmite no campo descrição do documento.

Barra do Garças-MT, na data da assinatura eletrônica.

assinado eletronicamente

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

Gabinete do 2º Ofício Ambiental

Av. Salomé José Rodrigues, n. 49, Cidade Velha, Barra do Garças-MT. Tel. (66) 3401-2577.

[1] Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

[2] CARTA DE BRASÍLIA. 3o Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural. 23 e 24 de Novembro de 2006. Brasília – DF.

[3] CARTA DE GOIÂNIA. 1o Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural. 22 e 23 de Outubro de 2003. Goiânia - GO

[4] <https://super.abril.com.br/coluna/deriva-continental/conheca-o-domo-de-araguainha-a-maior-cratera-de-impacto-meteoritico-do-brasil>

[5] <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/10/23/cratera-formada-por-queda-de-asteroide-em-goias-e-reconhecida-em-lista-que-selecionou-100-sitios-do-patrimonio-geologico-do-mundo.ghtml>